

REGIDA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.			
C.N.P.J/MF 11.067.457/0001-30			
Relatório da Administração			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em reais)			
	2021	2020	
Balanco patrimonial			Balanco patrimonial
Ativo			Passivo e patrimônio líquido
Circulante	8.796.863,19	13.245.398,04	Obrigações tributárias
Disponibilidades	1.728.521,17	341.809,99	Outras contas a pagar
Outros Créditos	1.186.408,01	62.113,07	Total do circulante
Tributos a recuperar	21.540,04	29.824,69	Não Circulante
Despesas Antecipadas	11.713.333,41	13.673.145,79	Obrigações
			patrimônio líquido
Não circulante			Capital Social
Empréstimos Coligadas	4.110.589,62	4.385.935,05	Reserva Legal
Dividendos a Receber	6.202.893,96	2.671.702,25	Reservas de Lucro
Investimentos	362.393.068,40	333.376.346,94	Total do Patrimônio líquido
Imobilizado	18.846.247,47	19.240.805,24	
Intangível	6.968,00	6.968,00	Total do passivo e patrimônio líquido
Total do não circulante	391.558.767,45	359.680.757,48	
Total do ativo	403.272.100,86	373.353.903,27	

Demonstração do resultado abrangente			
Lucro líquido do exercício			
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do exercício			
	2021	2020	
Demonstração do fluxo de caixa			Demonstração do fluxo de caixa
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Fluxo de caixa das atividades operacionais
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33.203.793,13	35.850.650,72	Imposto de renda
Equivalência Patrimonial	(33.998.499,34)	(30.679.058,49)	Depreciação
Depreciação	1.620.812,84	713.150,95	Variáveis no capital circulante
Outras contas a pagar	826.106,63	5.884.743,18	Outros Créditos
Outros resultados abrangentes	(1.386.711,18)	13.574,89	Créditos tributários
Caixa gerado pelas operações	(1.104.295,94)	412.427,24	Despesas antecipadas
Dividendos recebidos	2.671.702,25	2.827.731,41	Empréstimos com coligadas
Imposto de renda	(1.144.314,55)	(1.707.938,60)	Fornecedores
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(222.279,78)	5.631.693,54	Obrigações tributárias
Fluxo de caixa das atividades de investimento			Outras contas a pagar
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.226.255,07)	(485.589,50)	Caixa gerado pelas operações
Aumento de Capital Social	(1.226.255,07)	(485.589,50)	Dividendos recebidos
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.226.255,07)	(485.589,50)	Caixa gerado pelas operações
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			Dividendos recebidos
Dividendos	(3.000.000,00)	(3.000.000,00)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais
Outros resultados abrangentes	(1.176.470,59)	(1.176.470,59)	Fluxo de caixa das atividades de investimento
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.000.000,00)	(4.176.470,59)	Redução aumento de caixa e equivalentes de caixa
Redução aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.448.534,85)	969.633,45	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.245.398,04	12.275.764,59	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.796.863,19	13.245.398,04	Redução aumento de caixa e equivalentes de caixa
Redução aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.448.534,85)	969.633,45	

1 - Objeto: participação em outras sociedades, exploração, por conta própria ou através de terceiros, de empreendimentos imobiliários; compra, venda e locação de bens móveis e imóveis; administração de bens próprios; outras atividades afins ou correlatas. 2 - **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em valores expressos em reais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei 11.941/09. 3 - **Principais práticas contábeis:** a. **Auração do resultado** - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. b. **Ativo circulante e realizável a longo prazo** - São avaliados pelo valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. c. **Investimentos** - O investimento em controladas e coligadas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. d. **Estimativa de custo de aquisição**. e. **Passivo circulante e realizável a longo prazo** - São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos aplicáveis. f. **Demonstrações do fluxo de caixa** - As

demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com o CPC 12 e correspondem ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. 4 - **Capital Social** - Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é composto por 18.000.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 300.001 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 539.998 ações ordinárias nominativas e 360.003 ações preferenciais nominativas, sendo 360.000 ações preferenciais sem classe específica e classe "A", 2 ações preferenciais e classe "B" 1 ação preferencial.

Renato Spallicci - Diretor Presidente
Contador: Adriana Gherth - CRC: 1SP215165/O-0

IT'SSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ nº 20.247.332/0001-82

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à vossa disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Circulante		43.223	41.964	63.073	67.023	Circulante	160.633	136.721	121.863	112.806	
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.669	9.049	22.045	15.228	Fornecedores	2.868	2.394	7.133	12.538	
Aplicações financeiras	5	8.788	8.420	15.462	14.585	Obrigações trabalhistas	12	5.458	5.004	9.456	8.839
Contas a receber de clientes	6	7.079	13.504	14.866	21.801	Obrigações tributárias	13	2.475	3.742	5.740	7.576
Ativo fiscal corrente		1.459	6.455	3.554	7.910	Empréstimos com controladas	27	51.580	44.262	-	-
Outros ativos	7	6.229	4.536	7.147	7.499	Empréstimos e financiamentos	14	73.555	47.719	73.555	47.719
Não circulante		466.881	466.146	416.215	422.718	Passivo de investimento	10	1.366	10	1.366	2.371
Realizável a longo prazo		9.208	6.544	9.208	7.134	Outras obrigações	15 e 17	22.632	32.044	23.132	33.763
Outros ativos	7	-	793	-	1.208	Não circulante	207.824	203.608	213.936	207.521	
Ativo fiscal diferido	26.1	9.208	5.751	9.208	5.926	Obrigações tributárias	13	900	2.562	3.383	4.536
Investimentos em controladas	8	310.298	312.669	-	-	Passivo de Arrendamento	10	1.265	432	2.373	1.548
Imobilizado	10 e 11	7.060	3.628	10.781	8.241	Outras obrigações	15 e 17	28.919	35.444	31.439	36.267
Intangível	9	140.316	143.305	396.226	406.843	Empréstimos e financiamentos	14	67.667	67.359	67.667	67.359
Total do ativo		510.104	508.110	479.288	489.241	Debêntures	16	109.073	97.811	109.073	97.811
						Patrimônio líquido	18				
						Capital social	181.514	181.514	181.514	181.514	
						Reserva de Capital	13.248	1.153	1.065	(11.270)	
						Prejuízos acumulados	(53.015)	(14.396)	(58.539)	(20.194)	
						Total do Patrim. Líq. dos acionistas controladores	141.747	167.771	124.040	150.061	
						Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	19.450	18.853	
						Total do patrimônio líquido	141.747	167.771	143.490	168.914	
						Total do passivo e patrimônio líquido	510.104	508.110	479.288	489.241	

Demonstrações do Resultado Individual e Consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Recitas com prestação de serviços (c) Impostos sobre vendas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Recitas com prestação de serviços líquida	83.622	70.588	172.349	149.094	
Recitas (despesas) operacionais	(103.248)	(55.221)	(182.387)	(130.001)	
Resultado de equivalência patrimonial	8	4.645	18.853	-	-
Despesas com pessoal	20	(52.944)	(43.507)	(92.876)	(70.883)
Despesas comerciais	21	(5.211)	(4.351)	(12.678)	(14.545)
Despesas com localização e funcionamento	22	(1.465)	(2.034)	(2.791)	(3.928)
Despesas administrativas e gerais	23	(11.523)	(11.284)	(16.958)	(14.417)
Depreciações e amortizações	23	(13.027)	(12.671)	(16.266)	(14.977)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(76)	(23)	(339)	(445)
Outros resultados (despesas)	24	(23.647)	(204)	(40.480)	(10.809)
Resultado operacional bruto		(19.626)	15.367	(10.037)	19.093
Resultado financeiro líquido		25	(22.529)	(21.618)	(22.726)
Recitas financeiras	5	5.495	1.612	6.741	2.208
Despesas financeiras		(27.754)	(23.999)	(28.359)	(24.334)
Despesas antes do IR e da contrib. social		(41.806)	(7.020)	(31.655)	(31.833)
Imposto de renda e contribuição social	26	3.272	(2.444)	(6.104)	(5.436)
Prejuízo do exercício		(38.613)	(4.576)	(37.759)	(9.069)
Atribuído a:					
- Participação de controladores			(38.355)	(9.864)	
- Participação de não controladores			596	795	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Capital Social	Reser. de Capital	Reser. de Lucros	Reser. Legal	Total		
					2021	2020
Saldo em 31/12/2019	175.674	(58.683)	(10.320)	106.672	71.311	177.983
Subscrição de intrum. patrimônio	5.840	-	-	5.840	(5.840)	-
Transações entre acionistas	- 47.413	-	-	47.413	(47.413)	-
Prejuízo do exercício	-	(9.864)	(9.069)	(18.933)	(9.069)	(9.069)
Saldo em 31/12/2020	181.514	(11.270)	(20.184)	150.061	18.854	168.914
Plano de Incentivo por ações	-	11.735	-	11.735	-	11.735
Prejuízo do exercício	-	(38.355)	(38.355)	596	(37.759)	(37.759)
Outros	-	600	-	600	-	600
Saldo em 31/12/2021	181.514	1.065	(58.539)	124.040	19.450	143.490

Diretoria
Thomaz Lutz Cabral de Menezes - Diretor Presidente
Felipe Pinto Gomes - Diretor Financeiro
Guilherme Marques Bononi - Contador CRC ISP 259.504/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as respectivas transações e se os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de março de 2022. **KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC 25P014428/O-6, **Fernando Antonio Rodrigues Alfredo** - Contador CRC 1SP252419/O-0

GRUPO CLICKDIGITAL PARTICIPAÇÕES S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2020.

Data, Hora e Local: Aos 08 dias de outubro de 2020, às 10:00 horas, na Rua Borges de Figueiredo, nº 303, sala 712, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 03110-010; **Quórum de Instalação:** verificou-se a presença dos Acionistas Fundadores da Sociedade conforme boletins de subscrição, (Anexo II) e lista de presença (Anexo III). **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Roberto Arduini Gomes Teixeira, que convidou a mim, Marcia Cilene Lopes Arduini, para secretariá-lo. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a) (a) Constituição da Companhia; (b) subscrição e forma de integralização de seu capital social; (c) aprovação do Estatuto Social da Companhia; (d) elaboração da ata em forma de sumário; e (e) eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, a Assembleia deliberou, por unanimidade: (a) constituir o **Grupo Clickdigital Participações S/A**, sociedade por ações com sede na Rua Borges de Figueiredo, nº 303, sala 712, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 03110-010; (b) fixar o capital social da Companhia em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme boletins de subscrição anexos. (c) aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata (Anexo I); (d) aprovar, nos termos, do § 1º art. 130 da Lei nº 6.404/76, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário; (e) eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato de 2 (dois) anos que vigorará até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2022. **Diretores:** Roberto Arduini Gomes Teixeira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG SSPSP nº 28.043.284-7 e do CPF nº 264.985.518-52, residente e domiciliado na Rua Coelho Lisboa, nº 579, apto. 62, Cidade Mãe do Céu, Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 03323-040, para o cargo de diretor presidente. **Marcia Cilene Lopes Arduini**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora do RG nº 27.811.103-8 SSPSP e do CPF nº 280.801.438-46, residente e domiciliado na Rua Coelho Lisboa, nº 579, apto. 62, Cidade Mãe do Céu, Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 03323-040, para o cargo de diretor sem designação específica. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena de veto, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a Assembleia Geral Ordinária de 2022. **Diretores:** Roberto Arduini Gomes Teixeira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG SSPSP nº 28.043.284-7 e do CPF nº 264.985.518-52, residente e domiciliado na Rua Coelho Lisboa, nº 579, apto. 62, Cidade Mãe do Céu, Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 03323-040, para o cargo de diretor presidente. **Marcia Cilene Lopes Arduini**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora do RG nº 27.811.103-8 SSPSP e do CPF nº 280.801.438-46, residente e domiciliado na Rua Coelho Lisboa, nº 579, apto. 62, Cidade Mãe do Céu, Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 03323-040, para o cargo de diretor sem designação específica. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena de veto, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a Assembleia Geral Ordinária de 2022. **Diretores:** Roberto Arduini Gomes Teixeira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG SSPSP nº 28.043.284-7 e do CPF nº 264.985.518-52, residente e domiciliado na Rua Coelho Lisboa, nº 579, apto. 62, Cidade Mãe do Céu, Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 03323-040, para o cargo de diretor presidente. **Marcia Cilene Lopes Arduini**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora do RG nº 27.811.103-8 SSPSP e do CPF nº 280.801.438-46, residente e domiciliado na Rua Coelho Lisboa, nº 579, apto. 62, Cidade Mãe do Céu, Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 03323-040, para o cargo de diretor sem designação específica. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena de veto, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a Assembleia Geral Ordinária de 2022. **Diretores:** Roberto Arduini Gomes Teixeira, brasileiro, casado sob

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/55AB-DE5F-B740-9481> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 55AB-DE5F-B740-9481



Hash do Documento

F00B1C53D08706AACA5E48A688C4275C04E55507EE913087CB9E2C79BEB9F6CB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2022 04:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1428-A1BC-F96A-5148> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1428-A1BC-F96A-5148



Hash do Documento

A785653DE39BECD0D744EB2EFAFDBBB5E6EA137F71EDEBF08D53889A38FD3F7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2022 04:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-20 - NIRE 35.300.502.329
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária
 Ficam os Acionistas da UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 8h30min, exclusivamente de forma digital, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia, para deliberar sobre as seguintes matérias: (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; (2) deliberar sobre a destinação dos resultados do referido exercício social, cujos documentos relacionados encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, São Paulo, 21 de abril de 2022. **Administração.** (21, 23 e 26/04/2022)

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

CNPJ 20.589.268/0001-18
Edital de Convocação para AGO
 O Presidente da Sociedade, no uso de suas atribuições, convoca todos os acionistas para AGO a realizar-se em vinte e três de maio do ano de dois mil e dois na Avenida Augustus Antunes nº 816 - Linsmore - Capital - SP iniciando-se os trabalhos às 10h00 em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário às 11h00 em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as demonstrações contábeis e financeiras findas em 31/12/2021. 2 - Assuntos de interesse dos acionistas e da empresa. SP, 20/04/2022.
 Ubiratan Antonio da Cunha - Presidente da UPBUS Qualidade em Transportes S.A

Boviel-Kyowa S.A. Consultoria e Planejamento - Em Liquidação

CNPJ nº 43.519.966/0001-42
Edital de Convocação da AGO
 Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, a realizar-se no dia 29/04/2022, em 1ª convocação às 10h00 e, em 2ª convocação, às 12h00, à Estrada da Penha, 1.301, Sala 2 - Jd. Arujá - Arujá/SP, a fim de discutir e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i) Exercício do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; ii) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Arujá, SP, 18/04/2022. Tsukasa Arakawa, Liquidante.

Soebe Construção e Pavimentação S.A.

CNPJ nº 43.677.822/0001-14

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2021 E 2020 (Em reais - R\$)			
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		154.567.512	159.732.961
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.916.918	31.871.375
Contas a receber de clientes	5 e 10	111.327.171	113.335.877
Estoques	6	3.427.950	1.532.192
Impostos e contribuições a recuperar	8	-	1.933.019
Participação em consórcio	9	9.864.310	10.613.592
Outras contas a receber	8	-	1.933.019
Não Circulante		77.141.514	77.200.219
Realizável a longo prazo		48.663.232	48.640.779
Contas a receber de clientes	5	42.550.887	42.450.887
Partes relacionadas	10	5.999.198	5.999.198
Depósito judicial	11	213.347	190.894
Investimentos	12	8.869.993	5.903.201
Imobilizado	13	19.422.453	22.328.727
Intangível	14	185.836	227.512
Total do Ativo		231.709.026	236.933.180

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2021 E 2020 (Em reais - R\$)			
	Nota	2021	2020
Receita Líquida		21.327.064	211.546.098
Receitas (Despesas) Operacionais	24	(25.120.609)	(175.875.835)
Resultado Bruto		15.206.455	35.670.263
Despesas com vendas	24	(10.169.442)	(11.505.959)
Despesas gerais e administrativas	24	(2.022.811)	(2.253.199)
Despesas tributárias e administrativas	24	(2.147.668)	(1.992.103)
Despesas tributárias	24	(80.246)	(33.940)
Despesas com o pessoal	24	(5.847.311)	(7.136.473)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	108.600	(90.298)
Resultado líquido do exercício		4.820.612	906.525
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		9.857.625	25.070.828
Resultado Financeiro		(4.502.205)	(4.999.139)
Receitas financeiras	26	77.627	94.790
Despesas financeiras	27	(4.579.832)	(5.093.929)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		5.355.420	20.071.689
Imposto de Renda e Contribuição Social		(5.355.420)	(2.374.659)
Corrente	28	-	(2.374.659)
Resultado Líquido do Exercício		5.355.420	17.697.030
- Por ação do capital social final		0.0004	1.68543

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31/12/2021 E 2020 (Em reais - R\$)			
	2021	2020	
1. Atividades Operacionais	2021	2020	
Resultado líquido do exercício	5.355.420	17.697.030	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais	2.864.532	1.410.395	
Depreciação e amortização	1.412.490	6.590	
Variação em contas a receber	1.852.820	-	
Variação em contas a pagar	(4.200.612)	(906.525)	
Variação em contas de clientes	1.495.758	12.429.548	
Variação em contas a receber e passivos	2.864.532	1.410.395	
Variação em estoques	15.743	4.677	
Impostos e contribuições a recuperar	(1.495.758)	-	
Participação em consórcio	1.933.019	1.415.117	
Outras contas a receber	749.282	(2.866.057)	
Depósito judicial	(22.453)	225.155	
Consórcios	1.933.019	73.288	
Fornecedores	(2.564.112)	(978.976)	
Obrigações trabalhistas	(1.776.052)	985.259	
Obrigações tributárias	2.953.904	14.482.129	
Participação em consórcio	986.878	(1.353.323)	
Outras contas a pagar	(52.323)	(2.738.487)	
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	11.098.288	41.154.619	
2. Atividades de Investimento	(22.092.072)	(1.529)	
Aquisição de imobilizado	(11.098.288)	-	
Aquisição de intangível	-	(1.529)	
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(22.092.072)	(14.859.727)	
3. Atividades de Financiamentos	8.942.174	1.711.363	
Empréstimos e financiamentos, líquidos	(8.942.174)	1.711.363	
Partes relacionadas	(992.151)	(710.839)	
Distribuição de lucros	(2.889.348)	(2.924.643)	
Caixa Gerado (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(12.829.673)	(1.923.939)	
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.954.457)	24.370.953	
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	31.871.375	7.500.422	
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	29.916.918	31.871.375	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 2020 (Em reais - R\$)

1. Contexto Operacional: Presente no setor de Engenharia, a SOEBE Construção e Pavimentação S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social o comércio atacadista ou varejista de materiais de construção, inclusive produtos asfálticos e betuminosos, engenharia civil na prestação de serviços de projetos, planejamento e construção em geral por empreitada, administração ou fiscalização de obras, prestação de serviços, serviços comuns de engenharia civil, limpeza e desobstrução de coletores e canais de todos os tipos em geral, pavimentação, terraplenagem e demais serviços de engenharia civil, participando inclusive de carta convite, licitações, atas de registro de preços, concorrências públicas e leilões junto a quaisquer entidades particulares de economia mista, pública, autárquicas ou governamentais, coleta de lixo e limpeza pública, transporte de materiais de qualquer natureza, locação e montagem de máquinas e equipamentos de terraplenagem e de pavimentação e veículos automotivos, transporte viário e rodoviário de cargas de produção própria e/ou de terceiros, recebimento de materiais de qualquer natureza, inertes, não inertes da construção civil em geral e de todos os tipos, manutenção e manutenção industrial, implantação de gasoduto, e demais dutos, levantamento topográfico, balneário, aerofotográfico, por imagem de satélite, atividades correlatas à geração de energia, gasoduto, créditos, manutenção em geral e assistência técnica especializada, administração, planejamento, execução, por empreitada ou sub-empreitada de obras de construção civil de todos os gêneros, participação em consórcios ou sociedade por conta de participação que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas às aqui mencionadas. **2. Apresentação Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações, orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia apresenta todas as informações relevantes das demonstrações contábeis e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, em linha com os normativos de orientação contábil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração aprovou as presentes demonstrações contábeis para divulgação em 04 de Abril de 2022. **2.1 Estimativas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem a revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de construção, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de custo de mercado, análise do risco de crédito, seleção para determinação da provisão para devedores duvidosos, registro/reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2 Reclassificações nas Demonstrações Contábeis do Exercício Anterior, apresentadas para fins de comparabilidade:** Para uma melhor demonstração da posição patrimonial e financeira, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram reclassificadas de acordo com a nova classificação adotada em 2021, das seguintes rubricas: **Passivo Circulante - Outras contas a pagar:** Saldo apresentado R\$ 3.741.739
 Recursos em caixa e em bancos Aplicações financeiras 16.161.152 39.224
 Total 29.916.918 31.871.375
Ativo Circulante - Contas a receber: Saldo apresentado R\$ 425.006
 O ajuste nesta rubrica de R\$ 3.316.733 (R\$ 3.741.739 - R\$ 425.006) refere-se a participação em consórcios. **Passivo Circulante - Participação em consórcio:** Saldo apresentado R\$ 3.316.733

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: Os procedimentos contábeis, descritos em detalhes a seguir, foram aplicados de maneira consistente na apresentação das demonstrações contábeis apuradas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020. **a) Normas novas, revisadas e interpretadas emitidas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue: **Contrato oneroso - custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1) IAS 37):** Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 3, IFRS 16 e IAS 41); **Imobilizado - Recitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 12 (R4) IAS 16):** Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15 (IFRS 3); **Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4) IAS 1 e NBC TG 23 (IAS 1):** Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Prático Statement 2); **Definição de Estimativas Contábeis (alteração ao CPC 23 (IAS 8):** A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação das demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **b) Classificação entre Circulante e Não Circulante:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Quando for provável que a realização ocorra em período superior a doze meses são classificados como não circulantes. **c) Modelo funcional e de gestão:** As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (reais), sendo esta a moeda funcional e de gestão da Companhia. **d) Apresentação da Companhia d) Apuração de resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, conforme nota explicativa nº 23. A Companhia reconhece as receitas quando os seus valores podem ser mensurados com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados e fluirão para a Companhia. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem as montantes de caixa, numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias com livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de compra, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de preço. Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras automáticas e fundo de renda fixa, registrados ao custo e acrescido dos rendimentos até a data do balanço. **f) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços, portanto, apresentadas a valores de realização e ajustadas a valor presente quando aplicável. **g) Estoques:** São compostos por materiais destinados à aplicação nas atividades operacionais e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização e não superam os valores de mercado. Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e o valor de mercado. **h) Impostos e contribuições a recuperar:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos são prováveis e mensuráveis. **i) Impostos e contribuições a recuperar:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos são prováveis e mensuráveis. **j) Participação em consórcio:** De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, a participação em consórcio é classificada como operação em conjunto e, consequentemente, tem seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas em linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio, remanescente saldo de movimentação de aportes e valores recebidos (conta-corrente). **k) Outras contas a receber:** O saldo desta rubrica está composto por valores relativos a adiantamentos a fornecedores ainda a ser desembolsados efetivos pagos a fornecedores, adiantamentos a empregados e título de férias. Despesas antecipadas provenientes de valores pagos a fornecedores, em função de prazo de entrega de materiais relacionados, e demais créditos. **l) Depósito Judicial:** Estão representados por valores depositados por ordem judicial para fazer frente a questões que estão em tramitação da justiça. Os depósitos judiciais estão resfriados a quantias depositadas, e as mesmas seguem mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. **m) Investimentos:** Os investimentos em conta controladas nos quais a Companhia não tem controle significativo são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado pelo valor de custo de aquisição ou constituição, e em seguida ajustado para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo ou outros resultados abrangentes da investida. Os ganhos e perdas por participação societária nos resultados da investida são apresentados na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução do valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de controle sobre uma controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício. **n) Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, conforme nota explicativa nº 13. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, caso necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço. Os ganhos e as perdas decorrentes em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado da Companhia. **o) Intangível:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **p) Realizável a longo prazo:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **q) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **r) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **s) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **t) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **u) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **v) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **w) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **x) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **y) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **z) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **aa) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ab) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ac) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ad) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ae) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **af) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ag) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ah) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ai) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **aj) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ak) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **al) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **am) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **an) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ao) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ap) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **aq) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ar) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **as) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **at) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **au) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **av) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **aw) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ax) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ay) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **az) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **ba) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **bb) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **bc) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **bd) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **be) Depósito judicial:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **bf) Investimentos:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **bg) Participação em consórcio:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **bh) Outras contas a receber:** São reconhecidos quando os benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C3C2-6559-89C8-B0D0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C3C2-6559-89C8-B0D0



Hash do Documento

9A544AD2C7D9F67A3DF6C141865518C33886060B8AB640AB65074073E98F008E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2022 04:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 31.507.982/0001-23

Relatório da Administração

São Paulo - SP, 16 de março de 2022. Aos acionistas da Filadélfia Securitizadora S/A, Senhores Acionistas, a Administração da Filadélfia Securitizadora S/A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em atendimento à instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Auditor Auditor Independente S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa. Informamos ainda, que as referidas demonstrações financeiras têm o objetivo específico de atender aos requisitos no processo de registro da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com base nos artigos 170, 171 e 172 da INCMV 480/09. Atenciosamente, **Filadélfia Securitizadora S/A - João Baptista Peixoto Neto - Diretor Presidente** (Valores expressos em reais)

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020				Valores expressos em milhares de reais			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.431	1.107	Fornecedores	6	3.091	-
Impostos a recuperar		95	1.107	Obrigações tributárias	7	6.884	-
Total do Ativo Circulante		1.466	1.107	Total do Passivo Circulante		9.975	1.107
Total do Ativo		1.466	1.107	Total do Passivo Não Circulante		18.022	18.022
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				Patrimônio Líquido	9	18.022	-
1) Contexto Operacional: A AAJR Securitizadora De Créditos Imobiliários S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 22 de agosto de 2018, tendo sua razão social alterada para Filadélfia Securitizadora S/A em 02 de junho de 2020, e tem como objetivo social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. A Companhia é tributada pelo lucro real e tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, 8º andar, conjunto B2 B, bairro Vila Nova Conceição - CEP: 04.552-080. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas pelo conselho de administração em 16 de março de 2022. 2) Riscos: 2.1 Risco de mercado: Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactam os preços dos ativos transacionados ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macroeconômicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e política anti-inflacionária. As demonstrações financeiras apresentaram índices extraordinariamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles internacionais. As medidas do Governo Federal realizadas para combater e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastream as Debêntures emitidas pela Companhia. 2.2 Risco Institucional: Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito de legislação, da regulamentação, do auto regulatório (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. 2.3 Risco Fiscal: A política fiscal de um país pode ser modificada pelo governo central, o que pode resultar em mudanças na economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. 2.5 PIS/COFINS: São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, restando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 7º do Art. 3 da Lei de incentivo de imposto de renda. Se aprovado o projeto de lei o efeito da "não cumulatividade" elevando drasticamente as alíquotas do PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes. 2.6 Risco Operacional: Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas operacionais de gestão e a processos operacionais. 2.7 Direitos Creditórios: O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causada pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. 2.8 Risco de Crédito: O risco de crédito está associado à possibilidade de não cumprimento das obrigações de acordo com essas normas, bem como, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. 2.9 Indisponibilidade: O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores de créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. 3) Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao "Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis" e em conformância com as normas contábeis internacionais. Conti-nuidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previ-							

Demonstração do Resultado do Exercício (Valores expressos em reais)				Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício (Valores expressos em reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida		-	-	Fluxos de caixa das atividades operacionais		-	-
Lucro bruto		-	-	Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL		(89.915)	(56.483)
(Despesas) / Receitas operacionais		-	-	Ajustado por:		-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(88.151)	(55.497)	(Aumento)/Diminuição das contas ativas		(89.915)	(56.483)
Despesas Operacionais		(88.151)	(55.497)	- Impostos a recuperar		(35)	-
Lucro antes do Resultado Financeiro	10	(88.151)	(55.497)	Aumento/(Diminuição) das contas passivas		-	-
Receitas financeiras		-	-	- Fornecedores		3.091	-
Despesas financeiras		(1.764)	(986)	- Obrigações tributárias (exceto IRPJ e CSLL)		6.884	-
Resultado financeiro líquido	11	(1.764)	(986)	- Outras obrigações		18.022	-
Resultado antes das provisões		(89.915)	(56.483)	Caixa proveniente/(usado) nas operações		(62.153)	(56.483)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		(89.915)	(56.483)	Caixa líquido usado nas ativ. operacionais		(62.153)	(56.483)
Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício				Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		-	-
(Valores expressos em reais)		31/12/2021	31/12/2020	- Adiantamento para Aumento de Capital Social		62.477	48.964
Resultado Líquido do Período		(89.915)	(25.024)	Caixa líquido prov. das ativ. financiamento		62.477	48.964
Resultado abrangente do período		(89.915)	(25.024)	Aum./Dimin. Líquida de caixa e equiv. caixa		324	(7.519)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício				Caixa e equiv. de caixa no início do período		1.107	8.626
(Valores expressos em reais)				Caixa e equiv. de caixa no fim do período		1.431	1.107
Capital				Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios			
Sobscrito				(Valores expressos em reais)		31/12/2021	31/12/2020
Social				1 - Receita		-	-
AFAC				1.2 - Receita com prestação de serviços		-	-
AFAC				1.2 - Receita não operacional		-	-
AFAC				III - Insumos Adquiridos de Terceiros		88.151	55.497
AFAC				III - Valor Adicionado Bruto		(88.151)	(55.497)
AFAC				IV - Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
AFAC				IV - Valor Adicionado Líquido		(88.151)	(55.497)
AFAC				V - Valor Adicionado Recebido em Transf.		-	-
AFAC				VII - Valor Adicionado Total a Distribuir		(88.151)	(55.497)
AFAC				VIII - Distribuição do Valor Adicionado		(88.151)	(55.497)
AFAC				Remuneração de capitais de terceiros		1.764	986
AFAC				Remuneração de capitais próprios		(89.915)	(56.483)
AFAC				Descrição		31/12/2021	31/12/2020
AFAC				Banco do Brasil - Conta Impessoal		1.000	1.000
AFAC				União Unibanco		291	1
AFAC				Bradesco		1	106
AFAC				Aplicações financeiras		139	1
AFAC				Total de caixa e equivalentes de caixa		1.431	1.107
AFAC				6) Obrigações com fornecedores: O saldo de "Fornecedores" está assim		97	97
AFAC				7) Obrigações tributárias: A conta de "Obrigações tributárias" está composta		3.091	3.091
AFAC				da seguinte maneira: Descrição		31/12/2021	31/12/2020
AFAC				CFR a recolher		302	-
AFAC				Outros impostos a pagar		6.285	-
AFAC				Total de Obrigações tributárias		6.684	-
AFAC				8) Outras obrigações: O saldo da conta "Outras obrigações" é composto por		-	-
AFAC				operações entre partes relacionadas, e está assim disposto:		18.022	18.022
AFAC				Partes relacionadas		18.022	18.022
AFAC				Total de Outras obrigações		18.022	18.022
AFAC				9) Patrimônio Líquido - Passivo a descoberto: Capital Social - O Capital		-	-
AFAC				totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 53.650,00 (cinquenta e três mil		-	-
AFAC				e seiscentos e cinquenta reais), representado por 53.650 (cinquenta e três mil		-	-
AFAC				e seiscentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal		-	-
AFAC				AFAC (Adiantamento para Aumento de Capital) - A Companhia possui o		-	-
AFAC				valor de R\$ 91.441,02 (noventa e um mil e quatrocentos e quarenta e um reais		-	-
AFAC				e dois centavos) em adiantamento para futuro aumento de capital, sendo que		-	-
AFAC				esse valor será convertido em aumento de capital, no entanto, permanece a		-	-
AFAC				disposição da assembleia geral. Reservas Acumuladas - A Companhia possui		-	-
AFAC				um saldo de R\$ 81.506,78 (oitenta e um mil e quinhentos e seis reais e setenta		-	-
AFAC				e oito centavos) de prejuízos acumulados. Resultado do Exercício - No exercício		-	-
AFAC				findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve um prejuízo no valor de		-	-
AFAC				R\$ 89.915,30 (oitenta e nove mil e novecentos e quinze reais e trinta centavos)		-	-
AFAC				que serão revertidos à medida que a Companhia prosperar suas operações.		-	-
AFAC				10) Resultado Operacional Líquido: O Resultado Operacional é composto		-	-
AFAC				de receitas operacionais deduzidas das despesas operacionais, composto por		-	-
AFAC				Lucro antes do Resultado Financeiro		31/12/2021	31/12/2020
AFAC				Receitas operacionais		(88.151)	(55.497)
AFAC				Despesas Operacionais		(88.151)	(55.497)
AFAC				Despesas Gerais e Administrativas		(88.151)	(55.497)
AFAC				Total das despesas operacionais		(88.151)	(55.497)
AFAC				11) Resultado financeiro: O resultado financeiro é composto de receitas fi-		-	-
AFAC				nanceiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:		-	-
AFAC				Resultado financeiro líquido		31/12/2021	31/12/2020
AFAC				Receitas financeiras		-	-
AFAC				Despesas financeiras		(1.764)	(986)
AFAC				Total das despesas financeiras		(1,764)	(986)
AFAC				Resultado financeiro líquido		(1,764)	(986)
AFAC				Valorização dos Instrumentos Financeiros: Os principais instrumentos finan-		-	-
AFAC				ceiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para		-	-
AFAC				suas valorizações, são descritos a seguir: Caixa e equivalentes de caixa (nota		-	-
AFAC				5) , os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações		-	-
AFAC				financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor de cada divulgação.		-	-

1) Contexto Operacional: A AAJR Securitizadora De Créditos Imobiliários S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 22 de agosto de 2018, tendo sua razão social alterada para Filadélfia Securitizadora S/A em 02 de junho de 2020, e tem como objetivo social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. A Companhia é tributada pelo lucro real e tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, 8º andar, conjunto B2 B, bairro Vila Nova Conceição - CEP: 04.552-080. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas pelo conselho de administração em 16 de março de 2022. **2) Riscos:** **2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactam os preços dos ativos transacionados ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macroeconômicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e política anti-inflacionária. As demonstrações financeiras apresentaram índices extraordinariamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles internacionais. As medidas do Governo Federal realizadas para combater e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastream as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.2 Risco Institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito de legislação, da regulamentação, do auto regulatório (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. **2.3 Risco Fiscal:** A política fiscal de um país pode ser modificada pelo governo central, o que pode resultar em mudanças na economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5 PIS/COFINS:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, restando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 7º do Art. 3 da Lei de incentivo de imposto de renda. Se aprovado o projeto de lei o efeito da "não cumulatividade" elevando drasticamente as alíquotas do PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes. **2.6 Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas operacionais de gestão e a processos operacionais. **2.7 Direitos Creditórios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causada pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8 Risco de Crédito:** O risco de crédito está associado à possibilidade de não cumprimento das obrigações de acordo com essas normas, bem como, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9 Indisponibilidade:** O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores de créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. **3) Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao "Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis" e em conformância com as normas contábeis internacionais. **Conti-nuidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previ-

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
Aos Acionistas e Administradores da Filadélfia Securitizadora S/A, São Paulo - SP, opinamos: Examinamos as demonstrações contábeis da Filadélfia Securitizadora S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentam uma visão verdadeira e imparcial das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. **Acreditamos que:** a) a auditoria foi conduzida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui movimentação de produtos ou serviços oferecidos ao mercado, por este motivo, não relacionamos outros "principais assuntos de auditoria" que julgássemos necessário o destaque em nosso relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** **Informações relevantes sobre as demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentam uma visão verdadeira e imparcial das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. **Acreditamos que:** a) a auditoria foi conduzida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui movimentação de produtos ou serviços oferecidos ao mercado, por este motivo, não relacionamos outros "principais assuntos de auditoria" que julgássemos necessário o destaque em nosso relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** **Informações relevantes sobre as demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentam uma visão verdadeira e imparcial das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. **Acreditamos que:** a) a auditoria foi conduzida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui movimentação de produtos ou serviços oferecidos ao mercado, por este motivo, não relacionamos outros "principais assuntos de auditoria" que julgássemos necessário o destaque em nosso relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** **Informações relevantes sobre as demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado em 3

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4BE6-B5E3-5931-97EF> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4BE6-B5E3-5931-97EF



Hash do Documento

85BF720089A4E983BA6F4FA8A309074467D601C8DDD1D004A2C4E5F1D0E7C12B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2022 04:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2AC8-F017-7A83-0761> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2AC8-F017-7A83-0761



Hash do Documento

8E3AC2F4495D97A9F18175B1F90DED4968A956806C549D6DEC7A8298586AAB83

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2022 04:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2B86-37FF-9DE1-CFF2> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2B86-37FF-9DE1-CFF2



Hash do Documento

C08A7CC47C166C13C2D5941347CA02F7D77D67CF117335F21EAE539E040958

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2022 04:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B35B-1527-9560-B736> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B35B-1527-9560-B736



Hash do Documento

10B6810993705E734B79F1CF1DB3E6B06CEF19EF83192C72B1F73F0E8AA4A7DA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2022 04:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



10. Imposto diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se aplicam às diferenças temporárias reconhecidas. Os ativos diferidos são mensurados às alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais contra os ativos e passivos diferidos, e os rendimentos são lançados em uma demonstração de balanço sobre a mesma entidade sujeita ao imposto. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido para prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando for provável que lucros futuros sujeitos a tributação estarão disponíveis para compensar tais diferenças.

6.10. Incentivos fiscais: A Companhia é elegível a aplicação do regime especial de tributação com o estado de Minas Gerais com relação ao incentivo de ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Interestadual e de Comunicação). O incentivo fiscal está relacionado à redução das alíquotas de ICMS nas vendas internas e interestaduais. Conforme exigido pelo Estado de Minas Gerais, a Privilla não pode utilizar crédito de ICMS gerado na compra de mercadorias. Dessa forma, o ICMS pago na aquisição de produtos não é recuperável e, portanto, faz parte do custo de aquisição de produtos para venda. Os incentivos fiscais recebidos são registrados no resultado de acordo com o regime de competência e uma outra particularidade do incentivo do ICMS, é que o benefício gerado pelo incentivo não é tributado para imposto de renda (IRPJ e CSLL), entretanto, o benefício não tributado deve ser registrado como uma reserva específica no patrimônio líquido e não pode ser distribuído.

6.11. Recitas financeiras e despesas financeiras: As recitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente: Recitas de Juros - Despesas de Juros - Resultado líquido de variação cambial em ativos e passivos financeiros. **6.12. Redução ao valor recuperável (Imposto diferido):** Ativos e passivos financeiros não derivativos são avaliados ao valor recuperável. Consulte a nota 3.1 para obter informações sobre a política da Companhia para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e outros recebíveis. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto estoques e impostos diferidos, são avaliados prospectivamente nas demonstrações financeiras. **Movimentações de provisão para perdas:** As mudanças na provisão para perdas de estoque para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	14.920	16.096
Provisão para perdas	10.457	9.406
Utilização da provisão para perdas (a)	(17.435)	(10.512)
Saldo no final do exercício	7.942	15.090

(a) Referem-se a despesas com serviços: seguros, assessoria, auditoria, segurança e outras taxas profissionais. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta foi de R\$ 1.286, e, portanto, ocorreu uma variação de R\$ 16,95, e a maior parte desse montante refere-se aos custos associados ao IRPJ e IRMS.

13. Imposto de renda e contribuição social: Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: A Companhia tem gerado prejuízos fiscais e créditos diferidos, portanto, não reconheceu o imposto de renda diferido ativo uma vez que não há diferença temporária tributável que reverterá no mesmo período que as diferenças temporárias dedutíveis reverterem. O imposto de renda diferido ativo pode ser reconhecido no curto prazo quando a Companhia começar a gerar lucros tributáveis futuro durante o período e é provável que esses benefícios fiscais sejam realizados.

	2021	2020
Valor bruto	51.728	17.587
Efeito fiscal	(3.202)	(5.332)
Valor líquido	48.526	12.255

Diferenças temporárias diferíveis (i) Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados

	2021	2020
Prejuízos fiscais	233.138	79.267
Base negativa da contribuição social acumulados	284.866	96.854
Total	518.004	176.121

(ii) Detalhes de diferença temporária dedutíveis

	2021	2020
Valor bruto	51.728	17.587
Efeito fiscal	(3.202)	(5.332)
Valor líquido	48.526	12.255

Ajustes do reconhecimento de receita - CPC 47/IFRS 15(a) Provisão para devolução de estoque (b) Provisão para perda de estoques (nota 10) Provisão para receber de fornecedores (c) Pagamento de bônus (nota 17) Provisão para contingências (nota 19) Provisão tributária-partes relacionadas (nota 18) Provisão para perda (armazen*) Ajuste de estoques - CPC 2/IFRS 16 (2021) Ajuste de valor presente ativo e passivos Estimativa de créditos tributários Outros

	2021	2020
Ajustes do reconhecimento de receita - CPC 47/IFRS 15(a)	4.515	1.535
Provisão para devolução de estoque (b)	6.928	2.356
Provisão para perda de estoques (nota 10)	8.012	2.724
Provisão para receber de fornecedores (c)	2.038	693
Pagamento de bônus (nota 17)	5.479	1.863
Provisão para contingências (nota 19)	408	139
Provisão tributária-partes relacionadas (nota 18)	9.758	3.318
Provisão para perda (armazen*)	10.889	3.702
Ajuste de estoques - CPC 2/IFRS 16 (2021)	1.568	1.213
Ajuste de valor presente ativo e passivos	(674)	(229)
Estimativa de créditos tributários	-	(891)
Outros	807	271
Total	51.728	17.587

(a) Receita de vendas reconhecida para fins fiscais cuja obrigação de desempenho não foi cumprida até o encerramento do período, seguindo o CPC 47/IFRS 15. (b) Referem-se aos direitos de recuperar bens devolvidos pelos clientes a Companhia e a desvalorização do estoque. (c) Referem-se a diferenças temporárias quanto à provisão de vendas a receber de fornecedores relacionados à devolução de compras, os valores são reconhecidos como passivo na conta de fornecedores e outras contas a pagar. (d) Referem-se a perdas de mercadorias em condições não armazem.

14. Intangíveis

	2021	2020
Custo	3.767	1.203
Amortização	(2.023)	(1.029)
Em 31 de dezembro de 2020	1.744	1.744
Em 31 de dezembro de 2021	1.744	1.744

15. Imobilizado

	2021	2020
Equipamentos	18.778	10.971
Máquinas	9.354	10.176
Móveis e utensílios	1.076	3.447
Equipamentos de informática	267	267
Aplicações financeiras	11	10
Total	29.986	25.871

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com vencimentos de até 90 dias da data de aquisição de alta liquidez ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a variação imaterial de valor, que são registrados ao custo acrescido dos rendimentos obtidos até o final do exercício e não excedam seus valores justos de mercado. A Estrutura Operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o valor total da depreciação do direito de uso de R\$ 8.572, considerando máquinas, dispositivos e equipamentos no valor de R\$ 255 (R\$ 1.725 em 31 de dezembro de 2020) e imóveis direito de uso no valor de R\$ 3.317 (R\$ 6.669 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil do direito de uso é de R\$ 45.252 (R\$ 48.511 em 31 de dezembro de 2020), que compõe de direito de uso de máquinas, aparelhos e equipamentos no montante de R\$ 1.044 (R\$ 4.743 em 31 de dezembro de 2020) e direito de uso de imóveis no montante de R\$ 46.008 (R\$ 43.768 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia aluga equipamentos de 12 meses contratuais de longo prazo em um contrato de longo prazo com prazo de armazen no valor de R\$ 9.800 por ano, referente a filial de Embu das Artes - SP, entretanto este armazém é de uso compartilhado e a Companhia não tem direito de controlar o uso do ativo identificado. Portanto, esses arrendamentos são de curto prazo e não são reconhecidos como ativos e passivos financeiros de mais critérios definidos no CPC 06 (R2)/IFRS 16. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de locação desses arrendamentos. As informações sobre os arrendamentos são apresentadas a seguir:

15.1. Arrendamentos

	2021	2020
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de baixo valor e contrato sem direito de uso exclusivo (10.097) (8.574) Alguns arrendamentos de imóveis contêm opções de renovação pela Companhia até um ano antes do término do período de contrato não cancelável. Quando possível, a Companhia busca incluir opções de renovação em novos arrendamentos para proporcionar flexibilidade operacional. As opções de renovação mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos		

encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa dos fornecedores por categoria. Dessa forma, a Companhia divulga esta informação na rubrica de fornecedores e outras contas a pagar.

	2021	2020
17. Salários, férias e encargos sociais	5.479	6.087
Provisão para pagamento de bônus (a)	3.340	2.740
Provisão para férias e pagas	2.749	1.363
Encargos s/ provisões de férias a pagar	1.162	956
Outros impostos a pagar	1.223	1.920
Total	13.953	12.374

(a) Ocorreram pagamentos fevereiro, outubro e novembro de 2021 no valor total de R\$ 477 referente a bônus de funcionários provisionados em 31 de dezembro de 2020 e no valor residual referente a provisão constituída para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, em 2021 ocorreu a implementação do programa de PRR para todos os colaboradores, substituindo parcialmente assim o programa de bônus, que fica apenas para a equipe comercial.

18. Impostos a recolher

	2021	2020
IRPJ (a)	1.373	1.464
COFINS (a)	6.328	6.744
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	8.375	9.592
IRRF (a)	2.067	3.451
IRRF(a)	10.043	10.967
Provisão para passivos fiscais (b)	9.758	10.135
Outros impostos a pagar	711	1.794
Total	46.108	53.191

(a) A Companhia possui obrigações referentes aos tributos federais e municipais cobrados sobre transações com partes relacionadas, as quais correspondem a assistência técnica, administrativa e serviços similares, cobrados pela Privilla Venda Direta, S.A. e a Privilla Brasil S.A., a título de encargos administrativos (serviço imposto de transmissão de bens imóveis) e despesas relacionadas a custos compartilhados. Tais encargos estão sujeitos a impostos de importação, como programa de integração social ("PIS"), contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), contribuição de intervenção no domínio econômico ("CIDE"), imposto sobre serviços ("ISS") e imposto de renda retido ("IRRF"). (b) Referem-se a multas e juros acumulados sobre os impostos federais e municipais cobrados sobre as transações entre partes relacionadas mencionadas acima. Multas e juros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 correspondem a: (i) R\$ 2.018 para CIDE (R\$ 2.116 em 31 de dezembro de 2020), (ii) R\$ 386 para PIS (R\$ 404 em 31 de dezembro de 2020) e (iii) R\$ 1.774 para COFINS (R\$ 1.861 em 31 de dezembro de 2020) para ISS (R\$ 2.351 em 31 de dezembro de 2020) e (iv) R\$ 3.174 para IRRF (R\$ 3.403 em 31 de dezembro de 2020), e foram reconhecidos como despesas financeiras.

19. Provisão para contingências: A Companhia é parte em ações tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração acredita, amparada pelo parecer de sua consultoria jurídica, que a provisão para riscos cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir prováveis perdas. Está apresentada da seguinte forma:

	2021	2020
Cíveis (a)	369	670
Trabalhistas (b)	408	736
Total	777	1.406

(a) Os processos cíveis dizem respeito, principalmente, às reclamações dos clientes (b) Os processos trabalhistas, dos quais a Companhia é parte, foram movidos por ex-empregados da Companhia em 2021. A Companhia não possui obrigação de seguir a apresentação das movimentações nos saldos nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Adição	670	824
Reversão	(402)	(13)
Liquidação	(735)	357
Total	736	824

(a) Os processos cíveis dizem respeito, principalmente, às reclamações dos clientes (b) Os processos trabalhistas, dos quais a Companhia é parte, foram movidos por ex-empregados da Companhia em 2021. A Companhia não possui obrigação de seguir a apresentação das movimentações nos saldos nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Adição	823	1.644
Reversão	(461)	66
Liquidação	(454)	1.740
Total	824	1.644

A Companhia é parte de processos tributários, cíveis e trabalhistas para os quais nenhuma provisão foi registrada por envolver possível risco de perda, conforme previsto no processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos cíveis e R\$ 1.297 processos trabalhistas, totalizando R\$ 8.527 (R\$ 2.037 em 31 de dezembro de 2020). Os processos tributários classificados como risco de perda possível, referem-se principalmente ao processo N.º 480/2021, o qual envolve a ação de indenização movida em dezembro de 2021, os passivos contingentes classificados como possíveis são relacionados por R\$ 6.964 processos tributários, R\$ 266 processos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5B75-06E5-C4B3-7B98> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5B75-06E5-C4B3-7B98



Hash do Documento

8ADB42C620DB25DE40D6047F640BD67B5B8448AC9B0BD325DEB37F4CAE417FF6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2022 04:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



continuação...

	2021	2020	2020
Saldo inicial	2.645	1.356	4.426
Adições/Reversões	1.760	1.800	2.058
Pagamento	(115)	-	-
Deposito judicial dado em pagamento de processo judicial perdido	(146)	(766)	(2.096)
Atualização monetária	1.082	255	325
Incorporação Tebras/PBC	2.039	-	-
Saldo final	7.285	2.645	4.713

A Sociedade é parte em processos judiciais, cuja perda é considerada como provável, e que em conformidade com as práticas contábeis brasileiras não é necessária a constituição de provisão, conforme abaixo:

Riscos Fiscais	2021	2020
Riscos Fiscais	154	-

18. Patrimônio líquido: a) Capital social: De acordo com a legislação atual, o capital estrangeiro deve ser registrado junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), para permitir a remessa de lucros e/ou repatriação de capital de acionistas residentes no exterior. A Sociedade possui capital estrangeiro registrado no BACEN. O capital social está representado por cotas com valor nominal de R\$1,00 cada uma, assim distribuídas:

	2021	2020	2020
Stepan Canada Inc.	175.610.834	165.372.679	175.611.165.373
Stepan Holdings Asia Pte	31.420.870	29.589.026	31.421.29.589
Total	207.031.704	194.961.705	207.032.194.962

Houve a integralização de capital no montante total de R\$12.070 em 2021 (R\$12.071 em 2020) por meio da absorção de juros sobre capital próprio a pagar. **b) Juros sobre capital próprio - (JCP) e dividendos:** Em novembro e dezembro de 2020, a Sociedade distribuiu JCP no montante total de R\$14.193 (R\$12.070, líquido do IRRF), o qual foi capitalizado em dezembro de 2021. Em 2021, a Sociedade distribuiu JCP no montante de R\$11.363 (R\$10.186, líquido do IRRF). Adicionalmente, distribuiu R\$30.000 de dividendos do saldo acumulado da reserva de lucros.

19. IR e CS: A reconciliação entre o IR e CS nominal com o efetivo registrado no resultado é como segue:

	2021	2020	2020
Lucro antes do IR e da CS	4.074	4.826	4.074
Alíquota vigente	34%	34%	34%
Despesa nominal	(35.221)	(16.547)	(38.437)
Elitos de IR/CS sobre:			
Juros sobre capital próprio	4.074	4.826	4.074
Resultado de equivalência patrimonial	13.638	15.544	-

	Ativos		Passivo		Resultado	
	Contas a receber	Outros ativos	Fornecedores	Outros passivos	Dividendos	Financiamentos (nota 16)
Stepan Asia	-	-	-	-	1.546	-
Stepan Canadá	-	-	-	-	8.640	-
Stepan Company	2.858	2	50.175	740	-	-
Stepan Mexico	-	-	-	-	-	-
Stepan Europe	-	-	-	-	-	-
Stepan Colombia	473	-	697	-	-	-
Stepan UK	-	-	-	-	-	-
Stepan Singapura	-	-	275	-	-	-
Stepan Filipinas	-	-	-	-	-	112.543
Tebras	-	-	-	-	-	51.960
PBC	-	-	-	-	-	411
Stepan Argentina	11.873	-	-	-	-	65.540
Total em 2021	15.204	2	51.505	740	10.186	112.543
Total em 2020	11.578	102	9.872	75	12.070	104.802

Em 31.12.2020, a controlada Tebras possui contas a receber com o Stepan Argentina no valor de R\$124 e o valor total de vendas no exercício foi de R\$120. A remuneração dos administradores, incluindo salários, benefícios e respectivos encargos, no exercício findo em 2021 foi de R\$6.826 (R\$6.294 em 2020). As operações realizadas se baseiam nas condições estabelecidas entre as empresas. Nestas transações não

STEPAN QUIMICA LTDA.			
	2021	2020	2020
Incentivo fiscal (*)	392	853	412
SELIC sobre repetição de indébito	1.568	-	1.568
Preço de transferência	(39)	(295)	(39)
Efeitos da incorporação (**)	-	-	4.410
Efeito da diferença de alíquotas fiscais de controladas (***)	-	-	(162)
Total de IR e CS	(15.244)	4.590	(24.704)

existem juros embutidos, nem garantias e as condições de recebimento giram em torno de 30 dias, com exceção do empréstimo com a Stepan Filipinas, cujas condições estão apresentadas na nota 16.

21. Receita líquida de vendas:

Controladora	2021	2020	2021	2020
627.417	340.678	902.735	704.166	
Menos: Impostos sobre vendas	(125.341)	(68.656)	(193.187)	(155.155)
Impostos e abatimentos	(11.643)	(5.991)	(4.495)	(8.345)
Receita líquida	500.433	266.031	705.052	540.666

22. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado:

Controladora	2021	2020	2021	2020
323.759	154.955	460.859	338.095	
Materia-prima	38.899	31.690	43.032	36.935
Pessoal	14.476	10.634	19.119	17.620
Depreciação e amortização	14.067	13.710	17.538	18.934
Energia, resíduos e materiais auxiliares	10.502	7.974	10.992	8.655
Perda com "impairment" de ativos	(80)	2.338	(80)	2.338
Serviços de terceiros	7.996	4.778	9.503	5.802
Materiais e manutenção	5.547	3.609	6.174	4.135
Despesas com armazenagem, exportação e importação	2.629	1.628	2.892	2.217
Aluguel	97	65	97	65
Outros	6.796	3.801	11.466	8.657
Total	424.688	235.242	581.572	443.453

23. Resultado financeiro líquido:

Controladora	2021	2020	2021	2020
235	710	557	1.174	
Outras receitas financeiras	23	931	273	939
Juros sobre empréstimos	(5.397)	(5.182)	(5.397)	(5.182)
Outras despesas financeiras	(1.702)	(1.223)	(1.990)	(1.420)
Variação cambial empréstimos	(7.676)	(23.320)	(7.676)	(23.320)
Variação cambial outros	(713)	1.475	(548)	1.516
Total	(10.812)	(26.549)	(10.383)	(26.293)

20. Saldos e transações com partes relacionadas: Os principais saldos e transações com partes relacionadas decorrentes de operações mercantis estão apresentados e detalçados nas notas explicativas às demonstrações financeiras, sendo os demais demonstrados como segue:

	2021	2020	2020
Provisão para realização de ativos imobilizados	6.286	6.506	6.506
Provisão para riscos	6.595	2.645	3.715
Provisão para devedores duvidosos	2.888	1.436	2.812
Provisão para participação no resultado - PLR/Bônus	3.504	2.856	2.856
Provisão para obsolescência do estoque	5.522	2.442	3.277
Provisão de fretes	3.315	2.567	2.567
Provisão para desconto contábil/penalização	1.110	338	(1.487)
Provisão matéria-prima consignada	19	101	101
Depreciação contábil vs fiscal	(164)	(2.714)	(2.714)
Outros	4.989	2.341	2.341

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A Sociedade realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a capital e aplicar seus recursos, bem como reduzir sua exposição a riscos, de taxa de juros, de mercado e de taxa de câmbio. A Administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições, desempenhadas por membros de sua gerência financeira em conjunto com seus controladores. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	235	710	557	1.174
Mensurados ao custo amortizado:	4	23.659	18.224	32.202
Aplicações financeiras	5	26.947	69.561	-
Contas a receber de clientes	6.142.616	69.180	100.077	-
Depósitos judiciais	17	1.107	488	1.552
Passivos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado - Fornecedores	12	58.514	25.033	34.065
Contas a pagar	14.559	7.744	8.143	14.343
Empréstimos e financiamento	16	112.543	104.802	104.802

Com exceção aos saldos de ativos e passivos financeiros com partes relacionadas, cujas condições pactuadas estão divulgadas nas notas 16 e 20, a Administração entende que os instrumentos financeiros demonstrados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo custo amortizado, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, uma vez que o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações financeiras. Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Sociedade são expostos a seguir: **(a) Risco de mercado - Taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de aplicações financeiras vinculadas, principalmente ao CDI, e taxas prefixadas. **(b) Concentração de risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto. **(c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade possua os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação, aportes de capital e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa com o devido suporte de recursos de seus acionistas.

(d) Risco de câmbio: A Sociedade faz algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações de taxa de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas pela Administração e pela sua matriz. Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são como segue:

	2022	2021	2020	Remanescente	Total
Arrendamento	1.527	177	51	-	1.755
Empréstimo	5.581	5.581	5.581	-	133.934
Fornecedores	58.514	-	-	-	58.514
Outras contas a pagar	14.559	-	-	-	14.559
Total	80.181	5.758	5.632	5.581	133.934

(e) Risco de câmbio: A Sociedade faz algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações de taxa de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas pela Administração e pela sua matriz. Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são como segue:

	2022	2021	2020
Ativo:			
Contas a receber de clientes	USD 2.829	8.257	8.317
Outros ativos	USD 136	102	102
Passivo:			
Fornecedores	USD (8.182)	(12.550)	(13.632)
Outras contas a pagar	USD (154)	(76)	(76)
Empréstimo	USD (20.167)	(20.167)	(20.167)

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Sociedade ao aumento e à redução no real. A taxa de câmbio para conversão das transações em dólar no encerramento das demonstrações financeiras foi de R\$5.5703 em 31.12.2021 (R\$5.1967 em 31.12.2020).

	2021	2020
Variação de 10% do real (R\$5.5703 por dólar em 2021) (14.760)	(12.698)	(13.198)

26. Transações que não envolvem caixa: As principais transações que não afetaram o caixa foram:

	2021	2020	2020
Distribuição de juros sobre o capital próprio	11.983	14.312	14.312
Aplicação inicial CPC 06 (R2)	1.075	4.390	4.390
Integralização de capital com JCP	12.070	-	-
Incorporação Tebras/PBC (*)	122.854	-	-
Investimento em ativo imobilizado a pagar	1.431	447	637

(*) Trata-se da alocação do saldo de valor que constava em investimento no momento da incorporação da Tebras e da PBC. É importante destacar que também trata-se de transação não caixa os saldos referente a incorporação destacados na nota 1.

27. Aprovação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 24.03.2022.

DIRETORIA		CONTADORIA	
Eduardo Couto - VP & General Manager Mercosul	Randolfo Moreira Bastos Junior - Controller Director Latam & Mercosul	Ana Clara Lopes Antonini - Controllership Manager - CRC - MG 107180/O-2	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Administradoras e Controladas da Stepan Química Ltda. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Stepan Química Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stepan Química Ltda. em 31.12.2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e a seus controlados, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

As Administradoras e Controladas da Stepan Química Ltda. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Stepan Química Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stepan Química Ltda. em 31.12.2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de natureza contábil e o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance padrão, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29.03.2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. Daniel de Carvalho Primo
CRC nº 1MG 07641/O-9

Viver Incorporadora e Construtora S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF 67.571.414/0001-47 - NIRE 35.300.338.421
Companhia Aberta

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Emissão

Ficam convocados os titulares das Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Viver Incorporadora e Construtora S.A. - Em Recuperação Judicial ("Emissão") para a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") que será realizada, em primeira convocação, em 19/05/2022, às 10h, de modo parcialmente digital, presencialmente na sede do Agente Fiduciário na Avenida Cardoso de Melo, nº 1.184, Cj. 91, Vila Olímpia, São Paulo/SP, e por meio de sistema eletrônico, a distância, conforme informações gerais abaixo indicadas, para deliberar sobre: (i) ratificação da venda dos imóveis objeto das Matrículas nº 1.876, nº 1.877 e nº 1.878 do Oficial de Registro, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Vinhedo/SP ("Imóvel"), conforme aprovado no Comitê de Debenturistas realizado em 18 de abril de 2022 ("Comitê de 18/04/2022"); (ii) ratificar a autorização para que o Agente Fiduciário possa, na qualidade de representante da comunidade dos Debenturistas, adotar e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações do Comitê de 18/04/2022, em especial assinar contratos, escrituras e documentos para concretizar e aperfeiçoar o compromisso e a venda do Imóvel; (iii) autorização para que o Agente Fiduciário possa: (a) praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas; e (b) celebrar eventuais contratos, aditamentos, conforme o caso, e realizar todos os atos societários necessários à implementação das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas; e, (iv) outros assuntos de interesse da comunidade de Debenturistas. **Informações Gerais:** 1. Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os Debenturistas deverão encaminhar até o dia útil anterior à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ao Agente Fiduciário, por e-mail agente@lminedv.com.br cópia dos seguintes documentos: (a) documento de identidade do representante legal ou procurador; (b) caso o Debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais; (c) caso o Debenturista seja pessoa jurídica, documentos de representação, incluindo contrato social e/ou estatuto social e demais documentos de eleição dos diretores/administradores, devidamente atualizados, obedecidas as condições legais. 2. No dia de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas deverão se apresentar no local acima indicado com 30 (trinta) minutos de antecedência munidos de documento de identidade e dos documentos origina

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7777-AB12-6150-97F0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7777-AB12-6150-97F0



Hash do Documento

D539CC761D0F411461203A2641ED54F36472F019572C339EC2043577A465D3DC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/04/2022 04:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

